



ESCOLA SECUNDÁRIA DE CASQUILHOS

11.º Ano Turma D Prof. Renato Albuquerque
Curso de Línguas e Humanidades

24.abril.2013 90 min

6.º Teste de HISTÓRIA A

Lê atentamente todo o enunciado antes de começares a responder.
Recorre aos documentos para elaborares as tuas respostas.
Este teste é constituído por 5 grupos com 12 itens de resposta obrigatória e 1 grupo em que o aluno responde apenas a uma das questões. O teste termina na palavra FIM.

Grupo I CAUSAS DA REVOLUÇÃO LIBERAL EM PORTUGAL

DOCUMENTO 1

CARTA DO PRÍNCIPE REGENTE (NOVEMBRO DE 1807)

1 Tendo procurado por todos os meios possíveis conservar a neutralidade, que até
agora têm gozado os meus fiéis e amados vassallos, e apesar de ter exaurido o meu real
erário, e todos os mais sacrifícios a que me tenho sujeitado, chegando ao excesso de fechar
os portos dos meus reinos aos vassallos do meu antigo e leal aliado, o rei da Grã-Bretanha,
5 expondo o comércio dos meus vassallos a total ruína, e a sofrer por este motivo grave
prejuízo nos rendimentos da minha coroa; vejo que pelo interior do meu reino marcham
tropas do imperador dos franceses e rei da Itália, a quem eu me havia unido no continente
na persuasão de não ser mais inquietado, e que as mesmas se dirigem a esta capital. E
querendo eu evitar as funestas consequências que se devem seguir de uma defesa, que
10 seria mais nociva que proveitosa, servindo só de derramar sangue em prejuízo da
humanidade, e capaz de acender mais a dissensão de umas tropas que têm transitado por
este reino com o anúncio e a promessa de não cometerem a menor hostilidade;
conhecendo igualmente que elas se dirigem muito particularmente contra a minha real
pessoa, e que os meus leais vassallos, serão menos inquietados, ausentando-me eu deste
15 reino, tenho resolvido em beneficio dos mesmos meus vassallos passar com a rainha minha
senhora e mãe e com toda a real família para os estados da América e estabelecer-me na
cidade do Rio de Janeiro até à paz geral. [...]

Carta do Príncipe Regente D. João (26 de Novembro de 1807)

DOCUMENTO 2

CARTA DE JUNOT (FEVEREIRO DE 1808)

1 Habitantes do reino de Portugal: - Os vossos interesses fixaram a atenção de Sua
Majestade o imperador, nosso augusto senhor; toda a irresolução deve desaparecer:
decidiu-se a sorte de Portugal, e segurou-se a sua felicidade futura, pois que, Napoleão o
Grande, o tomou debaixo da sua omnipotente proteção.
5 O príncipe do Brasil, abandonando Portugal, renunciou todos os seus direitos à
soberania deste reino. A casa de Bragança acabou de reinar em Portugal.
O imperador Napoleão quer que este belo país seja administrado e governado todo
inteiro em seu nome e pelo general-chefe do seu exército. [...]
10 Eu ordeno que se abram estradas e rompam canais para facilitar as comunicações e
tornar florescente a agricultura e a indústria nacional. [...]

15

As rendas públicas bem administradas segurarão a cada empregado o prémio do seu trabalho; a instrução pública, esta mãe da civilização dos povos, se derramará pelas províncias; e o Algarve e Beira Alta terão também um dia o seu Camões. [...]

A tranquilidade pública não será mais perturbada por horríveis salteadores, resultado da ociosidade [...].

Habitantes do reino de Portugal, estai seguros e tranquilos; repeli as instigações daqueles que quereiam conduzir-vos à rebelião.

Carta de Junot (1 de fevereiro de 1808)

1. Identifica as seguintes personalidades referidas no Documento 1:

a) o «imperador dos Franceses e rei da Itália» (linha 7);

b) a «rainha minha senhora e mãe» (linhas 15 e 16).

2. Identifica as posições opostas defendidas nos documentos 1 e 2.

3. Relaciona as invasões francesas com outras 3 (três) causas da revolução liberal de agosto de 1820.

Grupo II

A CONSTITUIÇÃO DE 1822 E A CARTA CONSTITUCIONAL DE 1826

DOCUMENTO 3

CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA (1822)

1

EM NOME DA SANTÍSSIMA E INDIVISÍVEL TRINDADE

5

As Cortes Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, intimamente convencidas de que as desgraças públicas, que tanto a têm oprimido e ainda oprimem, tiveram sua origem no desprezo dos direitos do cidadão, e no esquecimento das leis fundamentais da Monarquia; e havendo outrossim considerado que somente pelo restabelecimento destas leis, ampliadas e reformadas, pode conseguir-se a prosperidade da mesma Nação e precaver-se que ela não torne a cair no abismo, de que a salvou a heroica virtude de seus filhos; decretam a seguinte Constituição Política, a fim de segurar os direitos de cada um, e o bem geral de todos os Portugueses.

10

TÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS DOS PORTUGUESES

CAPÍTULO ÚNICO.

ARTIGO 1

A Constituição política da Nação Portuguesa tem por objeto manter a liberdade, segurança, e propriedade de todos os Portugueses.

2

A liberdade consiste em não serem obrigados a fazer o que a lei não manda, nem a deixar de fazer o que ela não proíbe. A conservação desta liberdade depende da exata observância das leis. [...]

4

Ninguém deve ser preso sem culpa formada, [...]

5

A casa de todo o Português é para ele um asilo. Nenhum oficial público poder entrar nela sem ordem escrita da competente Autoridade, salvo nos casos, e pelo modo que a lei determinar.

A propriedade é um direito sagrado e inviolável, que tem qualquer Português, de dispor à sua vontade de todos os seus bens, segundo as leis. Quando por alguma razão de necessidade pública e urgente, for preciso que ele seja privado deste direito, será primeiramente indemnizado, na forma que as leis estabelecerem.

A livre comunicação dos pensamentos é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo o Português pode conseguintemente, sem dependência de censura prévia, manifestar suas opiniões em qualquer matéria, contanto que haja de responder pelo abuso desta liberdade nos casos, e pela forma que a lei determinar.

4. **Recorrendo a um dos artigos transcritos no documento 3, identifica a Constituição de 1822 como liberal. Justifica a tua resposta.**
5. **Explica como se distribuem os diversos poderes previstos nesta Constituição.**
6. **Explica a diferença existente no século XIX entre constituições e cartas constitucionais.**
7. **Justifica a seguinte afirmação: “a Carta Constitucional representava um manifesto retrocesso relativamente à Constituição de 1822.”** [manual, vol. 2, p. 105]

Grupo III

A AÇÃO REFORMADORA DA REGÊNCIA DE D. PEDRO

DOCUMENTO 4

OPINIÃO DE ALEXANDRE HERCULANO SOBRE MOUZINHO DA SILVEIRA (1856)

- 1 «Pedis-me, meu caro [...] algumas notas sobre Mouzinho da Silveira, sobre esta
 personagem que não foi nem agiota, nem barão, nem nobre, nem general, nem
 académico, nem jornalista e que, contudo, vós ouvistes gabá-lo como um dos homens
 5 mais notáveis da nossa época, como o mais notável, talvez, do nosso país. O motivo é que
 Mouzinho [...] foi a personificação de um grande feito social, de uma revolução que saiu
 da sua cabeça, e que, mudando a sociedade portuguesa por completo, matou o nosso
 passado e criou o nosso futuro. Ele levou a sério a liberdade do país, e, assentando-a em
 bases sólidas, tornou impossível o restabelecimento do despotismo, ou pelo menos de um
 10 despotismo durável [...] pois a revolução de Mouzinho não foi apenas económica; ela foi
 também política e social. [...]»

8. **Apresenta as 3 (três) medidas de Mouzinho da Silveira que consideras mais importantes para, tal como se dizia no documento 4, mudarem “a sociedade portuguesa por completo” (linha 6). Justifica as tuas opções.**

Grupo IV
O SETEMBRISMO

DOCUMENTO 5

MANUEL DA SILVA PASSOS (PASSOS MANUEL) (1801-62)



9. Apresenta os objetivos económicos do governo setembrista de que Passos Manuel foi o ministro da Fazenda.

Grupo V
O CABRALISMO E AS REVOLTAS POPULARES

DOCUMENTO 6

A MARIA DA FONTE

1 «[...] elle mui triste disse-me [ao Padre Casimiro, um dos guerrilheiros], que tivesse
muita cautella, porque muitos me queriam matar, que elle tambem tinha tido muito
cuidado e trabalho com a irmã, vendo-se obrigado a tel-a occulta, para lh'a não matarem,
ou prenderem, por lhe chamarem a Maria da Fonte, e se achar culpada na Povoia de
5 Lanhoso.

Perguntei-lhe o que ella tinha feito para ganhar tal nome, e me respondeu, que nada
fizera, que apenas acompanhára as outras mulheres, quando foram arrombar a cadêa da
Povoia, para soltar as que lá estavam presas por causa dos enterramentos, que haviam
feito desde o primeiro levantamento contra a Junta da saude. Perguntei-lhe qual fôra
10 então o motivo de lhe darem tal nome, e me respondeu, que fora por estar com vestido
vermelho na ocasião do arrombamento da cadêa, e que dando porisso mais nos olhos,
um dos empregados perguntára a uma pessoa como se chamava aquella do vestido
vermelho, e negando-se essa a dizer-lh'o. outra pessoa lh'o dissera, e elle a pozera na
15 cabeceira do rol das culpadas no dito arrombamento.

Perguntei-lhe se ao pé da casa tinham alguma fonte, para ser motivo de lhe
chamarem Maria da Fonte, e elle respondeu-me que não, que lhe davam esse nome por
ella ser da freguezia de Fonte Arcada, e que para abreviar lhe cortaram a palavra Arcada,
pronunciando só a palavra Fonte [...]

Vieira, Casimiro José. Apontamentos para a história da revolta do Minho em 1846...

10. Indica a causa das revoltas populares conhecidas, em 1846, como Maria da Fonte que está explícita no documento 6.

11. Indica 2 (duas) outras causas para estas revoltas.

12. Explica como é que a Rainha conseguiu pôr fim à revolta da Patuleia, em 1847.

Grupo VI

Este grupo é constituído por dois itens, devendo o aluno responder apenas a um deles, A ou B

DOCUMENTO A

O PENSAMENTO ECONÓMICO DE ADAM SMITH

1 Cada indivíduo em particular põe toda a sua energia para empregar, com a maior vantagem, o capital de que dispõe. O que, desde logo, se propõe é o seu próprio interesse, não o da sociedade; porém, estes mesmos esforços para com o seu interesse coincidem com a utilidade social [...].

5 Todo o sistema baseado nas preferências ou nas restrições deve ser prescrito, para que dê lugar a um sistema resultante da liberdade agrícola, mercantil e manufatureira. Conquanto que não viole as leis da justiça, todo o homem deve ser perfeitamente livre para escolher o seu modo de vida e os seus interesses. E as suas produções devem competir com as de qualquer outro indivíduo.

Adam Smith, *A Riqueza das Nações* (1776)

A. Caracteriza o liberalismo económico que se impõe após as revoluções liberais, abordando, do modo que entenderes, os seguintes tópicos:

- fisiocratismo;
- livre iniciativa;
- leis do mercado / leis da oferta e procura.

Integra as ideias expressas no documento A na tua resposta.

DOCUMENTO B

O ROMANTISMO SEGUNDO LORD BYRON

1 Os meus prazeres eram errar na solidão, respirar o ar das montanhas cobertas de gelo, no cimo das quais os pássaros não ousam construir os ninhos, e cujo granito sem erva afasta os insetos com asas ligeiras. Eu gostava de mergulhar na torrente ou nas vagas do mar agitado; orgulhava-me de exercer as minhas forças contra as correntes rápidas, gostava de seguir durante a noite o caminho silencioso da Lua e o curso brilhante de cada estrela, contemplava os relâmpagos durante as tempestades até que os meus olhos ficassem deslumbrados, ou escutava a queda das folhas, quando os ventos de Outono vinham desfolhar as florestas. Tais eram os meus prazeres. Tal era o meu amor de solidão [...].

Lord Byron, *Manfred Acto II* (1816-17)

B. Caracteriza o romantismo como uma expressão da ideologia liberal, abordando, do modo que entenderes, os seguintes tópicos:

- o culto do “eu”;
- a exaltação da liberdade;
- a revalorização das raízes históricas das nacionalidades.

Integra as ideias expressas no documento B na tua resposta.

FIM

COTAÇÕES

Grupo	I				II				III	IV	V			VI
Questão	1a)	1b)	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	A ou B
Cotação	5	5	15	24	12	12	12	20	18	15	10	16	10	26
Subtotal	49				56				18	15	36			26
Total	200													

NOTA: Se o aluno responder às 2 questões do grupo VI será avaliada apenas a que se apresentar primeiro na folha de resposta.



ESCOLA SECUNDÁRIA DE CASQUILHOS

11.º Ano Turma D Prof. Renato Albuquerque
Curso de Línguas e Humanidades

24.abr.2013 90 min 6.º Teste de HISTÓRIA A

Sugestões de resposta

(Estas sugestões não são mais do que a apresentação dos tópicos que deviam ser abordados nas respostas dos alunos de forma desenvolvida)

Os níveis 1, 2 e 3 dizem respeito ao nível de desempenho na língua portuguesa demonstrado em cada resposta, sendo 1 o mais baixo e 3 o mais elevado.

Grupo I		1	2	3
1a)	Napoleão Bonaparte	5	5	5
1b)	D. Maria I [Se o aluno responder “D. Maria”, terá apenas 3 pontos]	5	5	5
2	Análise de documentos: Doc. 1 - carta de novembro de 1807 de D. João justificando a sua fuga para o Brasil com a Rainha D. Maria I; Doc. 2 - Carta de fevereiro de 1808 de Junot aos portugueses acusando a casa de Bragança de ter abandonado o trono que passou para Napoleão que o encarregou de governar Portugal, indicando algumas das medidas por ele tomadas. [3 pontos] Posições opostas: - D. João “ausenta-se”, Junot diz que abandonou o país e “renunciou” à coroa; - D. João diz que o faz para “evitar funestas consequências”, derrame de sangue e evitar a “dissensão” das tropas francesas, Junot diz que Napoleão vai assegurar a “felicidade futura” e proteger o país; - D. João diz que as invasões provocaram “sacrifícios”, esgotaram o tesouro e obrigaram a fechar os portos aos ingleses, enquanto Junot manda abrir estradas e canais e desenvolver as comunicações, a agricultura, a indústria e a instrução.	13	14	15
3	Após o final das invasões, D. João VI não regressa a Portugal e deixa o governo entregue aos ingleses (Beresford); as três causas são: - A revolta liberal é feita pela burguesia que perdeu o comércio do Brasil para os ingleses e por isso quer que o Brasil regresse à situação anterior (colónia); - O marechal Beresford governa violentamente e os ingleses ocupam os principais cargos, pelo que os liberais exigem a sua expulsão; - A exigência de uma Constituição é sempre a exigência de qualquer revolução liberal pois só a Lei pode impedir a concentração de todos os poderes no rei (absolutismo).	21	23	24
Total:		44	47	49

Grupo II		1	2	3
4	Por exemplo: Art.º 24, ponto I - impõe a separação de poderes: o poder legislativo (Deputados/Cortes) é independente do poder executivo (Rei).	10	11	12
5	Poder legislativo: Cortes; poder executivo: Rei e governo; poder judicial: tribunais e juizes.	10	11	12
6	As constituições são aprovadas pelos Parlamentos (Câmaras, Cortes, Assembleias...), formadas por deputados eleitos pela Nação; as Cartas Constitucionais são outorgadas (concedidas) pelos monarcas; são, geralmente, mais restritivas.	10	11	12
7	A Carta Constitucional criava mais um poder (poder moderador) entregue ao Rei, este passa a ter poder de veto absoluto e passa a haver duas Câmaras, das quais a dos Pares é nomeada por ele próprio.	18	19	20
Total:		48	52	56

Grupo III		1	2	3
8	O aluno devia indicar 3 de entre as seguintes medidas, justificando a escolha: abolição dos pequenos morgadios; abolição dos forais; abolição dos dízimos; abolição das sisas (exceto bens de raiz); extinção de portagens; extinção das milícias; diminuição de direitos de exportação; supressão de diversos monopólios;	16	17	18

	nova organização administrativa e judicial; criação do Registo Civil; tributação (impostos) nacional; criação do Tribunal do Tesouro Público; ...			
--	---	--	--	--

Grupo IV		1	2	3
9	- maior independência em relação à Inglaterra; - desenvolvimento da indústria portuguesa através de uma política protecionista; - apoio ao associativismo empresarial; - exploração colonial de África para substituir a perda do Brasil.	13	14	15

Grupo V		1	2	3
10	linhas 7-8: contra os “enterramentos” decretados fora das igrejas pela “Junta da saúde” / Costa Cabral	8	9	10
11	- Leis das Estradas - Cobrança de impostos	14	15	16
12	Solicita a intervenção das tropas espanholas e inglesas para dominar a revolta -> Convenção de Gramido.	8	9	10
Total:				36

Grupo VI		1	2	3
A	- Não intervenção/redução da intervenção do Estado na economia; - liberdade nos campos, eliminando os terrenos comunitários/baldios e entregando-os aos grandes proprietários (fisiocratismo); - só quando se trabalha para si próprio se desenvolve a riqueza, a produção, a poupança, o investimento (livre iniciativa); - o mercado regula-se a si próprio através das leis da oferta e da procura, isto é, os preços descem quando há excesso de oferta e sobem quando há excesso de procura (leis do mercado).	22	25	26
B	- O Romantismo transpõe para a Arte (literatura, pintura, música) os princípios do liberalismo; - a defesa dos direitos individuais simbolizados no herói romântico que defende os seus ideais até à morte/sacrifício; a exaltação das paixões e sentimentos individuais; - a defesa da liberdade dos povos através da luta dos seus heróis; - a revalorização das raízes medievais dos países, expressa pelos elementos decorativos dessa época.			